Provimento 01/2017

Corregedoria do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo

Referência: Correição Ordinária – processo TC 2057/2017

Setores: Gabinetes de Conselheiros e da Presidência

Com base no relatório técnico de correição ordinária 1/2017 e na decisão administrativa do corregedor 3/2017, constante nos autos TC 2057/2017 e nos termos dispostos no 2º, VI, da Resolução TC 302 de 18 de abril de 2017, no artigo 15 da Lei Orgânica Estadual 621 de 8 de março de 2012 e no artigo 22 do RITCEES aprovado pela Resolução 261 de 4 de junho de 2013, o corregedor do TCEES, resolve:

Expedir o provimento 01/2017, contendo orientações de caráter geral e permanente para os **Gabinetes de Conselheiros e da Presidência**, no sentido de:

1. Aos Gabinetes de Conselheiros:

- a. recomendar às unidades correcionadas o acompanhamento rotineiro de seus estoques processuais (autuados até 31/12/2016) e dos feitos autuados a partir de 2017; e
- b. orientar quanto às competências legais e regimentais do relator para: exercer o juízo de admissibilidade em processos de consulta e de recursos, antes do encaminhamento às unidades técnicas, abreviando o trâmite desses feitos quando não atenderem aos requisitos legais, *ad referendum* dos Colegiados, conforme artigo 161 da LC 621/2012 e artigos 235 e 395 do RITCEES; e verificar a existência de documento novo após sustentação oral, reabrindo-se a instrução processual quando determinada a realização de diligência.

2. Ao Gabinete da Presidência do TCEES:

- a) propor a realização de estudos visando a identificar a atual proporção de distribuição dos processos por relatoria e os fatores que influenciam nessa divisão, adotando-se medidas que assegurem maior equilíbrio na distribuição dos processos entre os relatores, conforme diretrizes dadas pelo art. 249 do RITCEES;
- b) propor melhorias no processamento da cobrança dos feitos julgados, como a informatização da análise e acompanhamento, além da celebração de convênios com os Entes Estadual e Municipais visando à conjugação de esforços para maior efetividade do recolhimento de valores devidos a título de multa e débito;
- c) recomendar a permanente adoção de medidas que contribuam para a celeridade e efetividade na instrução e julgamento, em especial a adoção de sistema informatizado para recebimento, armazenamento e processamento dos demais atos de pessoal sujeitos a registro (aposentadoria, transferência para a reserva, reforma e pensão), a exemplo da IN TC 38/2016 no que tange a admissões e concurso público;
- d) recomendar o aprofundamento do diagnóstico sobre as causas da evolução do estoque de processos na Secex Engenharia, de modo a subsidiar seu tratamento de maneira tempestiva; e
- e) orientar sobre a competência descrita no §1º do art. 234 do RITCEES que autoriza o indeferimento liminar da consulta pelo presidente do TCEES quando formulada por pessoa física, órgão ou entidade não jurisdicionada do Tribunal.

Acompanha este Provimento a Decisão Administrativa 03/2017 e o Relatório Parcial de Correição Ordinária, contendo o diagnóstico específico realizado no respectivo setor.

Vitória, 30 de maio de 2017.

Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun
Conselheiro Corregedor